

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XI
---------------------------	-----------

INTRODUÇÃO	XIII
-----------------------------	-------------

1 TUTELA DA LISURA E NORMALIDADE DAS ELEIÇÕES:

EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO DIREITO BRASILEIRO	1
---	----------

Do gene da democracia grega, das velhas práticas portuguesas e das eleições brasileiras até 1932	1
---	---

Do advento da Justiça Eleitoral até a Constituição Federal de 1988	10
--	----

A Constituição Federal de 1988 e a ação de impugnação de mandato eletivo	16
---	----

Da ação de investigação judicial eleitoral	17
--	----

Da Lei n. 9.840/99 – a captação ilícita de sufrágio e as condutas vedadas aos agentes públicos	20
---	----

Da Lei n. 11.300/2006 e do art. 30-A da Lei n. 9.504/97	22
---	----

A tendência de multiplicidade de instrumentos voltados à defesa da normalidade das eleições	24
--	----

2	DIREITO COMPARADO: VISÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE DOS PROCESSOS ELEITORAIS E OS CASOS DE PORTUGAL E ESPANHA	31
	Visão dos sistemas de controle dos processos eleitorais	31
	Dos direitos português e espanhol	35
	Das leis eleitorais portuguesas	35
	Das leis eleitorais espanholas	41
3	A LISURA E NORMALIDADE DAS ELEIÇÕES COMO INTERESSE TRANSINDIVIDUAL	47
	Direito processual eleitoral: considerações necessárias	47
	A crise do processo civil clássico	50
	Os direitos coletivos <i>lato sensu</i> no Brasil	53
	A normalidade das eleições como interesse difuso	55
4	ASPECTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	61
	A previsão constitucional da ação de impugnação de mandato eletivo	61
	Da competência da Justiça Eleitoral para o julgamento da ação.	63
	Da legitimidade <i>ad causam</i>	70
	Conceito de parte	70
	Legitimidade ativa	72
	Legitimidade passiva e litisconsórcio	77
	Do provimento jurisdicional demandável.	86
	Do procedimento adotado na tramitação da ação de impugnação de mandato eletivo	88
	Da busca pela celeridade.	99
5	A CAUSA <i>PETENDI</i> NA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO . .	103
	<i>Causa petendi</i> e ação de impugnação de mandato eletivo	103

Do abuso de poder econômico como <i>causa petendi</i>	114
A corrupção como causa de pedir	132
A fraude como <i>causa petendi</i>	145
Abuso de poder político como <i>causa petendi</i>	153
Uso indevido dos meios de comunicação social como <i>causa petendi</i>	165
Dos fatos anteriores ao pedido de registro de candidatura como causa de pedir	179
Causa de pedir qualificada e a possibilidade de apurar fato imputável a terceiro.	190
A causa de pedir, o <i>thema probandum</i> e o art. 23 da LC n. 64/90	203
De <i>lege refenda</i> : mitigação do princípio da estabilidade da demanda nas ações eleitorais	214

6 O PEDIDO E OS EFEITOS DA PROCEDÊNCIA NA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

DE MANDATO ELETIVO	223
Do conceito de pedido	223
Dos pedidos na ação de impugnação de mandato eletivo	225
Da imposição de sanção de inelegibilidade em sede de ação de impugnação de mandato eletivo	229
Da realização de novas eleições.	240

CONCLUSÕES	251
-----------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	259
---	------------

ÍNDICE REMISSIVO	269
-----------------------------------	------------